

MESA REDONDA:
Arqueologia Urbana: cultura material e o estudo das cidades brasileiras

As três ilhas do Recife. Dados para a arqueologia da cidade nos séculos XVII-XIX¹

Gabriela Martin Avila

Professora da Universidade Federal de Pernambuco

Elisabeth Medeiros

Professora da Universidade Federal Vale do São Francisco

Resumo

Os navegantes e viajantes que se aproximavam por mar da cidade do Recife registraram que se podia ver uma colina ao norte, na qual se edificou a cidade de Olinda e, mais distante, ao sul, o cabo de Santo Agostinho. Essas eram as principais referências desde o oceano. Antes do desembarque já era possível observar-se que a cidade era em grande parte insular. Isto se deve a sua localização, justo entre as desembocaduras dos rios Capibaribe e Beberibe e, assim, as freguesias de Recife, Santo Antônio e Boa Vista, estavam separadas pelas águas. Essa situação geográfica atribuiu a cada uma delas características espaciais, construtivas e usos diversos que, inclusive, se mantiveram durante grande parte do século XIX. Observando alguns mapas antigos (s. XVIII-XIX) percebe-se um dado que é de grande relevância para definir a cidade: essas três áreas eram praticamente ilhas. Assim, os rios e canais eram, sem serem os únicos, o meio de transporte mais cômodo, pois com as péssimas estradas que existiam e que as chuvas estragavam mais ainda, a navegação fluvial representava um meio bem mais seguro e rápido.

Recife, freguesia cujo nome procede da grande formação de corais que margeia o litoral de Pernambuco, surge em função do porto e, é nessa “ilha”, onde viveram e, principalmente, trabalharam a grande maioria dos que se dedicavam ao comércio, ou seja, se concentrava ali a atividade mercantil da Capitania e depois da Província. Do Recife se acedia a Santo Antônio através de duas pontes e, desde ali, também através de pontes, podia-se chegar até a freguesia da Boa Vista, chamada por alguns, pomposamente, do “continente”, embora estivesse também praticamente rodeada d’água por um afluente do Beberibe e um braço do Capibaribe.

O Recife na sua projeção oceânica, Santo Antonio que se destacará como área administrativa e a Boa Vista, mais ampla e apta para acolher as residências urbanas dos senhores de engenho, são três realidades do mesmo núcleo urbano na arqueologia da cidade.

PALAVRAS CHAVE: Formação da cidade do Recife; séculos XVII a XIX; cartografia e imagens antigas

¹ “Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.”;

A cartografia da época, em primeiro lugar, e os relatos feitos por viajantes estrangeiros sobre a população, seus costumes e descrições físicas do Brasil, são as fontes primárias indispensáveis para se conhecer a evolução da cidade do Recife desde a implantação dos primeiros assentamentos em função do seu porto. A grande maioria, especialmente os holandeses e ingleses, estiveram no Brasil por interesses comerciais, políticos e, inclusive alguns, em busca de um clima adequado para as enfermidades pulmonares. Levando-se em conta que muitos desses registros estão carregados de preconceitos, conceitos morais e crenças religiosas pode-se, porém, extrair deles o reflexo íntimo de temas que freqüentemente não aparecem em documentos oficiais. São portanto, essas impressões particulares que melhor nos falam da intimidade de algumas cidades brasileiras e entre elas encontra-se o Recife. Essas fontes primárias já foram exaustivamente editadas e comentadas desde meados do século XIX, não sendo assim necessário fazer, neste artigo, citações diretas dos documentos, pois o nosso objetivo é relatar particularidades de como se dividia e estava construída a capital de Pernambuco, que possam ser úteis na reconstrução arqueológica da mesma.

Recife e Olinda foram bem representados pela cartografia do século XVII. Em algumas imagens do período holandês, é possível identificar os fatos ocorridos e o desenvolvimento urbano passo a passo. A primeira imagem é referente ao período de ocupação portuguesa antes da invasão holandesa.



Imagem 01

Detalhe do mapa de João Teixeira Albernaz 1626 - O Porto do Recife antes da invasão holandesa, verificamos o arruamento, a paliçada que contorna o lado do mar, e a cruz na entrada do arruamento.

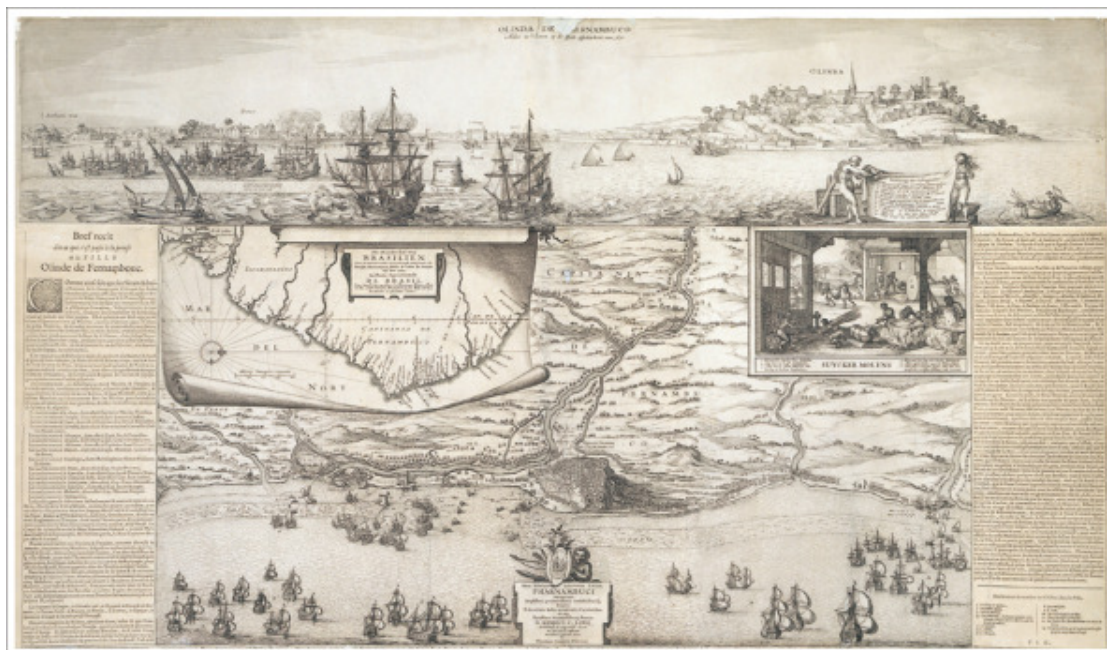


Imagem 02

Esta imagem representa o momento da invasão holandesa em 1630: “*DE STADT OLINDA DE PHARNAMBUCO, VEROVERT BY DEN E, GENERAEL HENDRICK C. LONCK*”, da autoria de Claes Jansz Visscher².

Esse trabalho não pode ser visto unicamente como um desenho, mas como um relatório em forma gráfica. É composto por um trabalho artístico com a paisagem na parte superior representando o caos da invasão; um mapa (planta baixa) da situação do Recife no momento da invasão com detalhes minuciosos; um mapa de localização da região em relação ao Brasil; um detalhe da principal fonte de produção, o engenho de açúcar, e o relatório escrito nas duas laterais sobre a invasão holandesa em Pernambuco.

No trabalho artístico, a perspectiva na parte superior mostra o Recife sendo incendiado por Matias de Albuquerque antes de abandonar a Vila e partir para o Arraial do Bom Jesus. É muito significativo o desenho do Forte do Picão em forma circular e do Forte de São Jorge com aparência de um castelo quadrangular. O Recife está rodeado por uma paliçada, e apresenta a bateria montada na entrada da Vila, com a cruz plantada diante dela, essa mesma estrutura é representada na imagem T'Recife. A Igreja de Olinda está desenhada com uma

² Claesz Jansz Visscher, Cartógrafo e pintor holandês, nascido em Amsterdã no ano de 1586.

torre gótica, que não corresponde a realidade, provavelmente é uma interpretação pessoal do artista, salientando a importância daquela construção.

Na Planta Baixa, a riqueza de detalhes mostra os navios em direção a Pau Amarelo, e o desembarque das tropas na praia e deslocamento em direção a Olinda.

É uma imagem de transição de poder. Pode ser considerada como registro de uma realidade vista de algum navio ancorado fora da barra do porto.



Imagem 03

De autor desconhecido, o documento encontra-se no Algemeen Rijksarchief - Arquivo do Reino Geral em Haia. O desenho foi executado em 1630 e mostra o Recife de posse dos holandeses onde as edificações conquistadas, os Fortes do Picão e São Jorge, estão representados em perspectiva e marcadas por uma bandeira de conquista holandesa. As outras edificações, construídas pelos holandeses no primeiro ano de dominação, estão representadas em planta baixa e não têm identificação de conquista, ou seja, não aparecem associadas a nenhuma bandeira.

É perceptível que a paliçada foi ampliada. Podemos notar facilmente que o casario se concentra do lado esquerdo, e algumas linhas pontilhadas representam uma diferença de nível do solo, que pode ser percebida na imagem anterior e confirmada nesta. O Forte do Brum e o

Esta imagem tem uma precisão cartográfica, e é remetida autoria a um profissional do nível do Andréas Drewisch.



Esta imagem é uma planta cartográfica do Recife, tem a autoria de Andréas Drewisch e é datada de julho de 1630. Tem escala gráfica e direção geográfica. É a primeira planta que apresenta o Baluarte Porta da Terra como é descrito na obra de Barlaeus, e evidenciado nos trabalhos arqueológicos. A diferença dos materiais construtivos entre os dois baluartes está representada nesta imagem. O Baluarte construído em pedra tem o traço mais espesso que o de terra.

Nesta imagem não é representado o arruamento do povoado do Recife. Só é vista a delimitação da área com a muralha ou paliçada contornando o povoado, e as fortificações que defendem o porto.

Nela podemos ver claramente o primeiro sistema defensivo holandês montado no Recife, composto pelo Forte das Cinco Pontas, os quatro redutos de Antonio Vaz, o Forte Ernesto ainda em Antonio Vaz; o Forte de Três Pontas na confluência dos dois rios, O Forte do Brum no istmo e o Forte do Picão na entrada da barra. Como podemos perceber, o Recife foi rodeado por fortificações, privilegiando a defesa dos ataques oriundos do continente. O mesmo pode ser observado na imagem de Frans Post que segue.



Imagem 05

Imagem de Frans Post, séc. XVII, o Recife visto desde Olinda. Podemos identificar a área do Porto extremamente povoado, e a área de Santo Antônio e São José já em processo de ocupação. Ainda não se consegue ver a ponte que ligam as duas áreas, mas se consegue observar as áreas urbanas separadas pela água.

Entre aqueles que viram e escreveram sobre Recife no século XIX, escolhemos Henry Koster (17__ -1820), L.F. de Tollenare (1780 -1858), James Henderson (1783 - 1848), Maria Graham (1785 - 1842), João Maurício Rugendas (1802 - 1858), Daniel Parrish Kinder (1815 - 1891), Charles Darwin (1809 - 1882) e Antonio Pedro Figueiredo (1822 - 1859) devido a clareza de seus relatos em relação aos aspectos físicos da cidade.

Muitos desses viajantes, ao se aproximarem por mar do principal porto da região, registraram que se podia ver ao norte uma colina, na qual se edificou a antiga capital, a cidade de Olinda e, um pouco mais ao sul, o cabo de Santo Agostinho. Estas eram as principais referências desde o oceano. Antes do desembarque percebia-se que a cidade era, em grande parte, insular. Isto se deve a sua localização, justo entre as desembocaduras dos rios Capibaribe e Beberibe e, por esse motivo, as freguesias de Recife, Santo Antônio e Boa Vista, estavam separadas pelas águas. Essa situação geográfica atribuiu a cada uma características espaciais, construtivas e usos que inclusive se mantiveram durante grande parte do século XIX. Observando alguns mapas da época percebe-se um dado simples mas que é de grande relevância para definir a cidade. Essas três áreas eram praticamente ilhas. Assim, os rios e canais eram, sem ser os únicos, os meios de transportes mais cómodos. Isto por que, com as péssimas estradas que existiam e que as chuvas estragavam mais ainda, a navegação fluvial representava um meio bastante seguro e rápido. É tão significativo este fato que grande parte do açúcar, antes da introdução das estradas de ferro, chegava ao porto em canoas. Dessas pequenas embarcações existiram muitos modelos e vários tamanhos, inclusive algumas com o casco forrado com chapas metálicas fabricado nas fundições locais.

O porto estava localizado na freguesia de Recife. Nessa “ilha” viviam e, principalmente, trabalhavam a grande maioria dos que se dedicavam ao comércio. Isto representava exportar algodão cru, açúcar e importar os mais variados gêneros de Europa, ou seja, se concentrava ali a atividade mercantil da Província. Por essa circunstância as construções particulares mais altas da cidade se encontravam nessa área, já que tinham que albergar no mesmo local residência e armazém (tabela). Ali podiam ser vistos, antes de meados do século XIX, vários edifícios com três, quatro e até cinco pavimentos, todos pintados a base de cal e compostos por paredes de alvenaria. Suas ruas, a exceção da principal, a rua da Cruz, eram estreitas e

irregulares mas estavam quase todas calçadas com cantos rodados azulados e pequenos blocos de granito. Existiu também um bar/café onde se reuniam e faziam negócio os comerciantes da zona. Possuía também um pequeno mercado, um edifício da alfândega e vários depósitos para açúcar.

Desde o Recife se tingia a Santo Antônio através de duas pontes. Ali as ruas eram mais largas e muitas estavam calçadas. Existiam muitas construções térreas, seguidas por um número menor com dois e até três pavimentos. Segundo os que a visitaram antes de meados do século, esta era a parte mais atrativa da cidade onde concentravam-se vários edifícios públicos, tais como o teatro Santa Isabel, o Mercado de São José e era, também, onde vivia o presidente da província. Além dessas características, possuía uma grande diferença em relação ao *Recife*, pois seu comércio era basicamente varejista. Em resumo, essa área caracterizava-se pelo pequeno comércio e a administração pública.

Desde Santo Antônio se chegava a Boa Vista também através de pontes e era chamado do *continente*. Mas curiosamente também estava cercado de água por quase todos os lados. Suas fronteiras eram delimitadas ao norte por um afluente do Beberibe, a sudoeste por um braço do Capibaribe e os manguezais que existiam, onde hoje é o bairro de Santo Amaro, a separavam de terra firme. Houve quem inclusive se referisse a cidade como a Veneza pernambucana, mas não seria de estranhar que aos estrangeiros lhes parecesse mais uma anedota local. Este era dos três núcleos originais, o mais disperso e onde as ruas podiam ser mais largas, embora a maioria sem calçar. Isto se deve ao fato que não tinham as restrições geográficas tão definidas como as outras duas freguesias. Ali existiam principalmente residências e podiam-se permitir o luxo de possuir grandes jardins. No século XIX, a aristocracia rural do açúcar estava mudando-se para a capital. Naquela época os senhores de engenho começavam a substituir a Casa-Grande por uma residência fixa na cidade e o único bairro que possuía grandes áreas era o da Boa Vista. Ainda que, a maioria das casas, fossem térreas algumas podiam ser considerados quase palacetes. Era o reflexo do modelo rural que se transferia e adaptava à cidade.

Determinar com exatidão a população da cidade, em meados do século XIX, é difícil mas, existem dados que embora não se aproximem da realidade, ao menos servem de estimativa.

As informações menos confiáveis são aquelas que foram transmitidas oralmente e registradas pelos viajantes. Isto se observa ao se comparar, por exemplo, Koster, que indicou que viviam 25.000 habitantes em 1809, e Maria Graham, ao visitar a cidade em 1821, indicou então 70.000. Isto supõe um aumento de quase 65% em pouco mais de uma década, o que parece excessivo. Inclusive os 85.500, segundo Rugendas em 1835, supõe um crescimento de 21% se comparado as informações de Graham o que, mais uma vez, também parece excessivo. É verdade que Koster esteve em Recife apenas um ano após a abertura dos portos brasileiros ao comércio exterior e essa mudança representou nos anos posteriores e para algumas cidades costeiras brasileiras um aumento considerável de habitantes. Mas, não existem fontes que testifiquem que as cidades, entre elas Recife, crescessem tanto em tão pouco tempo. Complica-se assim a questão pois não se trata mais de saber quanto, se não qual entre os dados é o correto.

Para tentar contestar a essa pergunta se pode recorrer a fontes oficiais. Trata-se do censo encomendado pelo presidente da província em 1828³. Os dados publicados indicam que naquela época viviam 25.678 moradores na capital, portanto, número que se aproxima da estimativa de Koster em 1809. Mas, por outro lado, refuta a tese de que depois da abertura dos portos ao comércio exterior houve algum crescimento. A descrição apresentada em relação a configuração das freguesias de Recife, bairro no qual se concentrava a atividade mercantil da província, e de Santo Antônio, atividade comercial, demonstram o oposto pois essas características não poderiam pertencer a uma cidade colonial, como de fato foi a situação de Recife antes de 1908. Então, a questão do número de habitantes em meados do século XIX, complica-se mais ainda.

É necessária aqui uma observação para que se possa ter uma idéia, aproximada é verdade, e elucidar a questão do número de habitantes. Originalmente a cidade, como se pôde observar, possuía um núcleo urbano composto por três bairros e que estavam cercados de água por quase todos os lados. A unidade que mantinham esses limites geográficos foi de grande ajuda quando se elaborou o censo de 1828. Mas, possivelmente não considerou que em Recife também existiam áreas além de seus bairros centrais. O principal problema era que, aquelas áreas distantes do centro, não tinham os limites determinados. Estavam configuradas por extensões de terras que desde séculos cultivavam cana-de-açúcar e, pouco a pouco,

incorporavam-se a cidade. Entre elas se podem citar, por exemplo, Casa-Forte, Torre, Apipucos, Madalena, Engenho do Meio, etc, e das quais se originaram os bairros que levam atualmente seus nomes. Possivelmente jamais se saiba qual a população que vivia ali, mas somando-se os 25.000 habitantes das três freguesias (Koster em 1809 y el censo de 1828) com uma periferia difícil de quantificar se poderia chegar aos 70.000 (Graham em 1821) ou 88.5000 (Rugendas em 1835).



Imagem 06 - Vista panorâmica do bairro do Recife em mediados do século XIX, onde se pode observar o porto, suas construções e sua condição insular, Arquivo do Palácio do Itamaratí, Rio de Janeiro.



Imagem 07 - Vista desde o forte do Brum, na qual se observam os bairros de Recife, Santo Antonio e Boa Vista em 1847, por W. Bassler, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

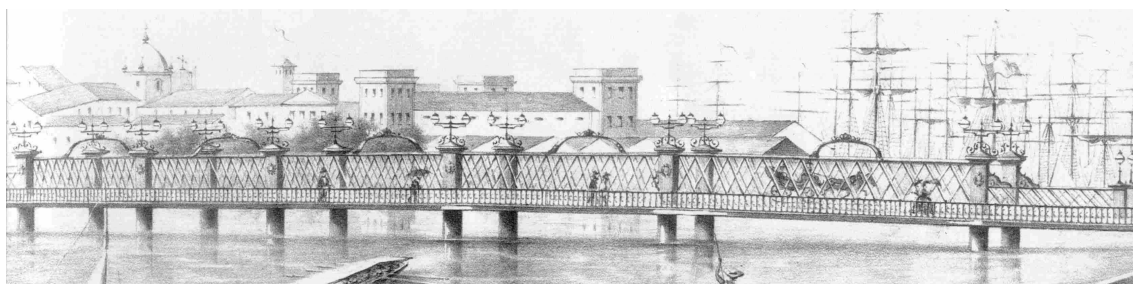


Imagem 08 - Ponte metálica 7 de Setembro, construída em 1865. Ao fundo, pode-se observar os mastros dos barcos que vinham ancorar dentro da cidade. SCHALAPPRIZ, L, litografia de Francisco Henrique Carls, lám. 14.

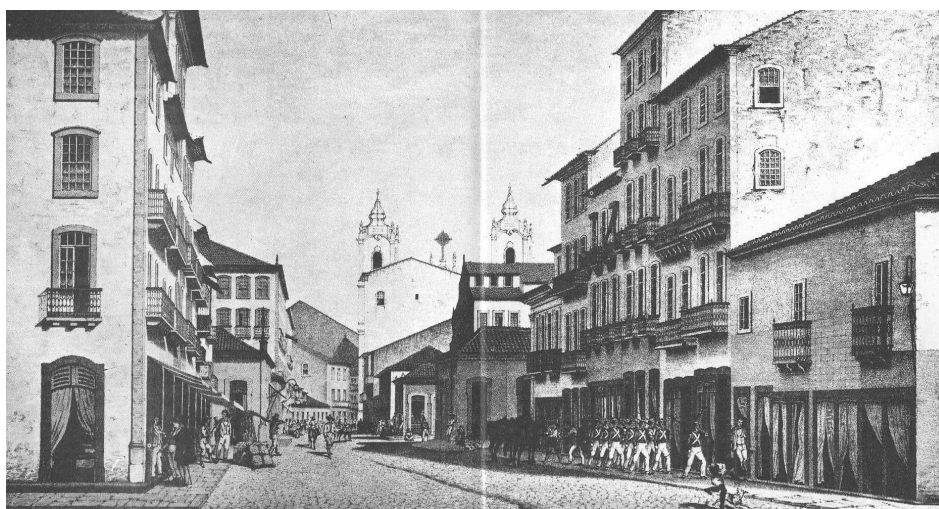


Imagem 09 - Cromolitografia, de Emil Bauch, na qual se observa a Rua do Crespo, atual 1º de Março, no bairro de Santo Antônio em meados do século XIX.

Gabriela Martin Avila
Prof. Dra. da Pós-graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco

Elisabeth Gomes de Matos Medeiros
Arqueóloga
Aluna de doutorado da Pós-graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco

BIBLIOGRAFIA

DARWIN, Charles. Diário das Investigações Sobre História Natural e Geologia dos Países Visitados Durante a Viagem ao Redor do Mundo pelo Navio de Sua Majestade “Beagle” sob o Comando do Capt. Fitz Roy, ed. Nova Edição, 1871.

FIGUEIREDO, Antônio Pedro de. In: MELLO, José Antônio Gonçalves de. O Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste, vol. II, Recife, 1975.

GRAHAM, Maria. Diário de uma Viagem ao Brasil e uma Estada nesse País Durante os Anos de 1821, 1822 e 1823, tradução de Américo Jacobina Lacombe, ed. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1956.

HERDERSON, James. *A History of the Brazil: Comprising its Geography, Commerce, Colonization, Aboriginal Inhabitants*, Tradução de Lúcia Maria Coêlho de Oliveira, London, 1821.

KOSTER, Henry. Viagens ao Nordeste do Brasil, Tradução de Luís da Câmara Cascudo, ed. SEC – Departamento de Cultura, Coleção Pernambucana, Recife, 1978.

KINDER, Daniel Parrish. Reminiscência de Viagens e Permanência no Brasil, tradução de Moacir N. Vasconcelos, ed. Livraria Martins Fontes, São Paulo, 1943.

RUGENDAS, João Maurício. Viagem Pitoresca através do Brasil, ed. Livraria Martins Fontes, São Paulo, 1954.

SCHALAPPRIZ, L. O. O Álbum de Luís Schalappriz, Coleção Memória de Pernambuco, Editado por Fundação de Cultura do Recife, Recife, 1981.

MAIOR, Paulo Martin Souto. La ciudad de Recife en el Siglo XIX. Ed. Intitut Català de Cooperació Iberoamericana-ICCI, III Jornadas Latinoamericana de Arquitectura y Urbanismo, Barcelona, 2002, p. 97 a 104.

TOLLENARE, L. F. de. Notas Dominicais, ed. SEC – Departamento de Cultura, Coleção Pernambucana, Recife, 1978.

BOXER, C. R, Os Holandeses no Brasil– Recife - -CEPE, 2004, 465p (Série Restauração Pernambucana; vol. 6).

CALMON, P História do Brasil 1600-1700, A Formação. Série Brasileira, vol.176-A Companhia Editora Nacional, 1941.

CASCUDO, L.C, Geografia do Brasil Holandês, Coleção dos documentos Brasileiros, José Olimpio Editora – 1945.

COELHO, D. A. Memórias Diárias da Guerra do Brasil 1630-1638. Recife: Fundação de Cultura da cidade do recife, 1981. 395p. (Coleção Recife; vol 12).

COSTA, P. Revista do Instituto Archeológico e Geographico Pernambucano, TOMO XI, 1904.

____COMISSÃO EXECUTIVA CENTRAL DO SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL. História do Exército Brasileiro: perfil militar de um povo. Brasília: Edição do estado-maior do exército, 1972.

____DOCUMENTOS HOLANDESES. vol 1, Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Documentação, 1945

- SIMONSEN, R.C. – História Econômica do Brasil, (1500/1820). Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1977.
- HOLANDA, S. B. de. A época colonial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993. v. 2.
- KOSTER, H Viagens ao Nordeste do Brasil.- ABC Editora – 2003.
- LUBAMBO, C. O Bairro do Recife no Início do Século, uma experiência de modernização urbana, Recife, MDU. 1988.
- MELLO, J. A. G. de. A Cartografia Holandesa do Recife, estudo dos principais mapas da cidade do período 1631-1648, IPHAN/MEC, 1976.
- MELLO, J. A. G. de. Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1987.
- MELLO, J. A. G. de, Dois Relatórios Holandeses, Coleção da Revista História – São Paulo – Brasil.
- MELLO, J. A. G. de, Fontes para a História do Brasil Holandês, 1- A economia Açucareira. MEC SPHAN FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA – Recife 1981.
- MENEZES, J. L. da M. & RODRIGUES, M. do R. R. Fortificações Portuguesas no Nordeste do Brasil. Séculos XVI, XVII e XVIII. Recife: Pool Editorial, 1986.
- MENEZES, J. L. da M. As portas de um Recife fortificado. Recife: 2001.
- MENEZES, J. L. da M. Atlas Histórico Cartográfico do Recife – Recife FUNDAJ – Editora Massangana – 1988.
- PEREIRA DA COSTA, F.^a Anais Pernambucanos, volume 10, 1834 – 1850, Recife, FUNDARPE, 1985.
- REIS, N. G. Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- SCHUMALZ, A.C, Cadernos Olindenses – História, Edições Kathalon Vol I – 1960.
- SILVA, M.B.Nizza, Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil. 1994, Editora Verbo, Lisboa-São Paulo. 840p.
- WATJEN, H, O Domínio Colonial Holandês no Brasil – Recife -CEPE, 2004, 547p (Série Restauração Pernambucana; vol. 7).
- VAINFAS, Dicionário do Brasil Colonial, Editora Objetiva, Rio de Janeiro 2001, 599p.